

Nesse segundo número da *DIAPHONÍA* em 2022, a Revista entrevista o Professor Doutor Gilmar Henrique da Conceição do Colegiado de Filosofia da UNIOESTE. O periódico, desde já, agradece o aceite do convite pela participação especial nessa edição.

D [*DIAPHONÍA*]

GHC [Gilmar Henrique da Conceição]

D – O professor poderia reconstituir um pouco sobre sua biografia, formação e o que motivou o interesse tanto pela área de Educação quanto pela Filosofia?

GHC – Inicialmente, parece-me que educação e filosofia, no sentido pleno, não se separam. De qualquer modo, na ocasião, o que me interessava era a dimensão filosófica do ato educativo. Vamos por parte. Sou graduado em filosofia (FFCL – Lorena), com dois mestrados (o primeiro na UFSCar e o segundo na Unioeste), com dois doutorados (o primeiro na UNICAMP e o segundo na Unioeste), e um pós-doutorado (UFMG). Meus interesses acadêmicos, como se vê, circunscrevem dois aspectos: de um lado, tenho um leque aberto e, de outro lado, tenho interesses filosóficos bem específicos. Sob uma perspectiva cronológica, interessei-me, inicialmente, pelas concepções de partidos (*'partire'*) e pelas teorias da revolução, depois fiz um deslocamento mais centralmente filosófico com estudos em metafísica antiga, helenismo, pensamento medieval, e filosofia política renascentista. Meu foco principal de estudos é o ceticismo pirrônico, e meu autor principal é Montaigne. Sou membro do *GT Ética e política na filosofia do Renascimento (ANPOF)*.

Meu interesse pela educação foi desenvolvido em minha passagem por seminários católicos que formam quadros eclesiásticos, onde fiquei alguns anos. A partir dali, desenvolvi gosto pelas questões político-educativas brasileiras, e elas se aprofundaram mesmo com minha saída. Acabei militando no meio estudantil (fui presidente de diretório acadêmico), no meio sindical (fui presidente de sindicato) e no meio partidário (fui da direção regional de organização trotskista). Por esta razão, fui cursar mestrado em educação na UFSCar (na linha de fundamentos filosóficos da educação), e doutorado em educação na UNICAMP. Nestas pesquisas

estudei as concepções de partido. Mas, hoje, posso dizer que minha mais profunda reflexão acadêmica é a filosofia com implicações políticas.

D – O professor, em sua primeira experiência de doutorado, desenvolveu uma pesquisa sobre partidos políticos no país. Em que medida esse trabalho lança luz, hoje, em meio à própria crise política que atravessamos?

GHC – Sim, de fato, como mencionei, tenho dois doutorados. Em minha primeira experiência de doutorado, na UNICAMP, desenvolvi tese intitulada (e que, posteriormente, foi publicada em forma de livro): “Partidos políticos e educação: a extrema esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo”. A pesquisa procurou distinguir a extrema esquerda massista de influência trotskista, e a extrema esquerda militarista, de influências maoístas e guevaristas, além das múltiplas facções que se inscrevem numa e noutra dessas duas vertentes dos movimentos revolucionários. Entendo que este estudo na UNICAMP a respeito da dimensão educativa dos partidos políticos ajuda no exame dos projetos e programas educacionais atualmente em debate e em curso. Penso que este estudo nos dá subsídios para compreender e distinguir uma prática educativa que assume o seu caráter político e ganha sentido no interior de um amplo projeto de intervenção social, seja do conservador discurso liberal do chamado ‘poder da educação, seja do discurso de inspiração neofascista de destruição do ‘comunismo’ e, conseqüentemente, dos direitos sociais. Trata-se de uma luta pela hegemonia política e cultural. Assim, o chamado ‘conservadorismo’ brasileiro não é algo essencial, é produzido insistente e brutalmente. Golpe é uma das armas ‘*in extremis*’ das classes dominantes. O golpe de 2016 abriu caminho para práticas escancaradas de inspiração neofascista. Abriu-se espaço para que criaturas inescrupulosas da política e do judiciário quebrassem as regras do jogo porque, neste momento, tais criaturas são úteis ao capital. Agora, frações das classes dominantes que ajudaram a parir o filho, o rejeitam porque muitos objetivos da contrarrevolução já foram alcançados e, assim, julgam-no empecilho para o capital. Se pensarmos em termos de frações da burguesia, a burguesia paulista se aproxima de Lula, mas outras frações burguesas continuam alinhadas com Bolsonaro pois querem um capitalismo

sem freios e uma classe trabalhadora subjugada. As camadas médias oscilam entre um e outro.

Efetivamente, o roubo de nossos direitos passou e aprofundou por diversos partidos políticos no poder, ao longo dos anos. Claro, em defesa da vida – nosso maior bem – capital e trabalho podem conversar, tendo em vista o combate às políticas de inspiração neofascistas com características genocidas, sem que os limites de classes sejam anulados. A expansão e manutenção dos direitos da classe trabalhadora se opõem aos interesses do grande capital. Assim, se após a Segunda Guerra mundial tivemos cerca de trinta anos de crescimento destes direitos, em seguida temos tido nos cerca de cinquenta anos seguintes, a destruição destes direitos. O que vale dizer, por exemplo, educação e saúde, previdência e assistência, notadamente, se constituíram em mercadorias a que se deve buscar no mercado. Ou seja, os direitos da classe trabalhadora foram transmutados em mercadoria.

No bojo deste movimento a burguesia se apropria do fundo público, mediante contrarreformas, e as políticas sociais são reduzidas cada vez mais. Consequentemente, o fundo público cresce para o capital e diminui para os trabalhadores. Neste contexto, direitos sociais se tornaram privilégio conforme discurso das classes dominantes. A classe dominante quer os trabalhadores em ‘condições asiáticas’ e dizem: ‘se vocês querem emprego, então aceitem perdas de direitos’. Ainda no contexto brasileiro, hoje, se falarmos em cultura nos mostram armas, e, se vestirmos roupas vermelhas, podemos ser agredidos de diferentes formas. Todavia, se o medo pode muito, ele não pode tudo. Assim, aos poucos a ocupação das ruas em favor das liberdades democráticas pode reiniciar. Os fatos ocorridos em Foz do Iguaçu, recentemente, parecem indicar que não se trata de um ato trespouco; eles são inspirados por quem se senta na cadeira presidencial. Outros fatos como este ocorreram em diferentes regiões do Brasil. Movimentos sociais são criminalizados e militantes sofrem os mais diferentes tipos de ameaças porque, de acordo com a cartilha fascista, adversários políticos devem ser exterminados. A autonomia universitária é considerada um perigo. As universidades, por exemplo, sofrem sob uma nefasta política em relação ao financiamento e aos direitos docentes em seus trabalhos no ensino, na pesquisa e na

extensão. Um ponto nuclear são os contínuos ataques à autonomia universitária e aos conselhos universitários.

O atual governo não é uma anomalia ou uma surpresa, pois o neofascismo não deixa de ser uma das alternativas disponíveis ao capital na luta pelo poder, ainda que esta alternativa também incomode, em alguns aspectos, a ordem burguesa, porque em movimentos assim parece que acaba predominando a pauta ‘autoritária’ e não a pauta ‘liberal’. Ocorre que, provavelmente, as milícias chegaram para ficar no sistema partidário; é de preocupar o número expressivo de brasileiros que apoiam o governo central, apesar de todas as monstruosidades cometidas. As milícias almejam subjugar o judiciário como parte de sua estratégia de aparelhamento do Estado. Porém, o isolamento internacional não serve ao capital. Não há como não lembrarmos da reflexão de Montaigne: quando se quebra as regras do jogo, os costumes, e se demole as instituições se abre caminho para “aventureiros” e para a violência indiscriminada, para a intolerância, para o ódio e para a destruição. Destruição esta que se volta contra a educação, a ciência e os direitos. No Brasil, ideologicamente parece que houve um retorno à debates ocorridos ao longo da Idade Média ou durante o século XIX.

Além dos trabalhadores (que, na verdade, são os grandes perdedores de direitos), o golpismo também atingiu, por exemplo, setores industriais e micro e pequenas empresas de serviços. Observe-se, ainda, que com a militarização das instituições no país as próprias instituições estão ameaçadas. Porém, do ponto de vista do capital não é bom para os negócios, quando a política econômica perde estabilidade, previsibilidade e credibilidade.

A destruição dos biomas brasileiros e ataques aos povos da floresta amazônica, a misoginia, a violência de gênero e o racismo se aglutinam, compartilhando informações fraudulentas. Inclusive, parece que a disseminação de ‘fake news’ tem financiamento empresarial. Isto tudo foi utilizado para dar andamento ao golpe. Querem liberdade de expressão para disseminar mentiras, sob a fala absurda de que os trabalhadores têm a liberdade de acreditar em mentiras, se quiserem. O bloco central de poder do capital se aglutina, em seu núcleo duro, sob a bandeira do

‘combate à esquerda, anticorrupção e pauta econômica’. Neste tipo de ação política, a justiça foi instrumentalizada pela direita em processos ilegítimos. ‘Lawfare’ é uma palavra cunhada nos EUA, mas é bem apropriado ao caso brasileiro.

*Sentença, primeiro, veredito, depois*, como disse a rainha de copas. Isso redundou em abertura de um processo de ‘*impeachment*’, sem que houvesse crime de responsabilidade que desse respaldo para tal decisão. Não esqueçamos, porém, que o uso de golpes pelas classes dominantes na história brasileira é recorrente. O golpe de 2016, capitaneada pela mídia tradicional, por juízes, parlamentares, militares e empresários (especialmente, grande mídia, segmentos do Judiciário e do mercado financeiro) não acabou. Porquanto é preciso entender que este golpe é movimento, não é ponto fixo; se espraia, ele continua em ondas, de maneira desigual e combinada. Inicialmente, veio travestido de ‘*impeachment*’ em âmbito eleitoral, depois passa a atingir quase todas as esferas e de diferentes modos. O governo central quer continuar o golpe, com uma pauta autoritária, mas isto está prejudicando as relações comerciais. O capital precisa descartá-lo.

É fato que a corrupção estrutural drena recursos. Entretanto, o movimento de combate à corrupção foi desmoralizado por meio daquilo que jornalistas chamaram ‘vaza-jato’. Em que pese alguns revezes para os golpistas, a contrarrevolução se encontra na ordem do dia. Ainda que o golpe perca alguma coisa, ele já ganhou com o retrocesso. Veja quantos direitos os trabalhadores da educação já perderam. Todos estes revezes podem ensejar na classe trabalhadora ondas de resistências, mobilização e organização.

O Estado é o Estado do capital e as coisas de interesse público passam a ser invadidas e tomadas pelos interesses privados. Consequentemente, há orientação privatista e pró-mercado, e pela exploração da produção de recursos naturais e de mão de obra barata. Investimentos em cultura, tecnologia e salário ficam para trás. Temos, assim, a expansão do setor privado e o enxugamento das políticas sociais. Acrescente-se sobretudo que todo este movimento, eleitoralmente, produz a busca por um governo de conciliação de classes a que os trabalhadores são puxados, em vista da necessidade maior de combater o neofascismo. Óbvio, que há diferenças

entre um governo de conciliação e um governo de inspiração neofascista. Porém, há que se não perder de vista os limites e interesses fundamentais de classe.

A outra alternativa é o de vitória eleitoral das forças de inspiração fascista, com o recrudescimento dos ataques aos trabalhadores porque a extrema-direita fincou raízes em solo brasileiro. Pessimismo, não; realismo: o chamado bolsonarismo é maior do que muita gente pensava. No entanto, a força do lulismo é extraordinária. Note-se, por exemplo, que Lula foi solto no dia 8 de novembro de 2019, porém em outubro de 2022 está à frente das pesquisas para eleição presidencial. Claro que a extrema-direita, teoricamente, pode ser reeleita; para isso há possibilidades reais. Tenho a impressão de que entre duas alternativas: o respeito às instituições e o ataque à democracia, parte significativa do trabalho e do capital ficarão com a primeira. Um governo de conciliação, neste momento crucial, parece interessar aos trabalhadores porque o contexto eleitoral impactará nas condições de luta e de organização.

D – A respeito de ataques à educação pública, às ciências, ao conhecimento e às liberdades democráticas?

Ainda que a extrema-direita não possa ser subestimada, uma vez que muitos eleitores votam pela continuidade da política genocida, pela degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Entretanto, entre radicalização e conciliação, como disse, parece haver um movimento para a segunda. De modo que, se assim for, quem for mais efetivo nesta conciliação, provavelmente, será eleito. Tenho a impressão de que o campo da esquerda de um modo geral e de uma parcela da extrema-esquerda irão votar no candidato que se quer comprometido com a pauta de interesse dos trabalhadores, incluso o meio ambiente e a cultura. Assim, teoricamente, pode ocorrer que num governo conciliador seja torne possível o fortalecimento da luta política, pois o espaço é relativamente democrático para manifestações e organizações públicas dos trabalhadores, inclusos os da educação. As condições para mobilização poderão ser melhores em governos de conciliação. Todavia, a longo prazo, partidos políticos de base popular que se tornaram, predominantemente, partidos eleitorais, precisam retornar urgentemente para a

legitimidade das bases dos trabalhadores educando-os para a autonomia e independência de classe. Estes partidos têm base popular indiscutível, e isso se expressa, inclusive, eleitoralmente. Mas, não é por isso que não seja necessário intensificar o trabalho de base. Aquilo que está frouxo é necessário tornar orgânico. Forças reacionárias de diferentes matizes ocuparam espaços vazios, por isso é fundamental a educação plena dos trabalhadores, na base. O trabalho eleitoral é insuficiente, ainda que tenha mostrado a sua importância.

Portanto, como se pode observar, meu doutorado na UNICAMP enseja muitas questões e desdobramentos em meio à crise política atual. Terei, ainda, outros elementos para apontar.

D – Acerca, agora, de sua trajetória de pesquisa iniciada com a obra de Montaigne, entre outros autores. Quais as motivações que o levaram trabalhar tais fontes no contexto mais amplo do período renascentista?

GHC – Vamos lá. No que se refere ao meu segundo doutorado em filosofia, na linha de metafísica e conhecimento, entendo que há continuidades e rupturas com os estudos anteriores. Sexto Empírico e Montaigne, inclusive, se referem aos partidos dos filósofos e à ‘*diaphonia*’. Então, de certa forma é uma continuidade dos meus estudos, e sob outra forma é uma ruptura.

Quero, porém, dizer que é interessante esta pergunta dirigida a mim. Quando observo minha carreira docente, vejo que sempre me atraíram as rupturas histórico-filosóficas e, subsequentemente, os pensadores que surgem nestas crises. Meu problema de investigação: um mundo que se julga estável, desmorona, e em seu lugar surge um mundo novo. O que são tais movimentos no âmbito da filosofia, da política e da religião? O que trazem de novo? Assim, sinto-me atraído pelos filósofos do fim do mundo antigo (cínicos e cétricos), pelo o legado grego, pelo fim da Idade Média, e pelo Renascimento (retomada do pirronismo). Consequentemente, a motivação principal para ler Montaigne me veio com as leituras no âmbito das universidades pelas quais passei, e com o seu ulterior refinamento no processo de desenvolvimento político, estético, existencial. Em suma, é uma identificação com

determinadas atitudes filosóficas e com ‘escolas’ de pensamento que atraem nossos interesses para determinados autores. É com tudo isso que vamos costurando vida, pensamento, ciência, paixões ao longo de nossa vida acadêmica e que, claro, envolve competência, gosto, comprometimento e prazer. No conjunto de tudo isso me identifico com a crítica pirrônica tal como Sexto Empírico a apresenta, e que é retomada por Montaigne. Desse modo, para mim, a obra de Montaigne é filosoficamente relevante, profunda, desafiadora e prazerosa.

Escrevi, recentemente que Montaigne bem poderia ser definido como um filósofo do movimento, ou em movimento, para escrever como Starobinski (1992), ou como ele próprio se descreveu: “Eu agora e eu daqui a pouco somos dois [...]” (III, 9, p. 268). No entanto, o filósofo do movimento é, paradoxalmente, firme na mobilidade: “Ora, os traços de minha pintura não se extraviam, embora mudem e diversifiquem-se” (III, 2, p. 27). O que garante, então, que os traços montaignianos sejam mutantes e diversos, e que ao mesmo tempo não se extraviem? Nesta investigação sobre o pensamento de Montaigne buscamos, inicialmente, verificar se é possível ao nosso autor encontrar no phainómenon firmeza para suas decisões, porque, se não “há algo”, “aparece algo”. Nascemos para buscar a verdade com todas as forças e capacidades que temos; porém, a sua posse parece não estar em nosso poder. Como se nota, há uma árdua e incessante busca por identificar uma estabilidade (que não é o mesmo que repouso) no discurso montaigniano, porque a estabilidade pensada por Montaigne acontece no âmbito do phainómenon, mas isso não significa que devamos ver aí algum tipo de ontologia ou de *ultima ratio do fenomenismo*. Parece que não há como não ser assim. Não há como falar sem ser de determinada perspectiva, em dado momento da corrida. A realidade (pensamentos, sensações e palavras) é falseada por antecipação, em razão dos costumes. Porém, ao escrever, Montaigne tem que estabelecer sua posição (de onde ele fala), para assentar o seu discurso mutante, fluido e desafiador.

Em pleno renascimento, Montaigne compõe uma crítica radical aos governos, partidos, Estados, sociedades, leis e justiça, mas tendo em vista a paz pública, não os abandona; ao contrário adere aos costumes por constatar que não há outra base melhor, em razão do ‘phainómenon’. Quase metade da vida de Montaigne



desenrola-se sob a égide da violência dos partidos e das facções. Extirpar as paixões humanas, aí inclusas as políticas, não é senão extirpar o próprio ser humano. Quem desarraigasse, o conhecimento do mal estaria extirpando, ao mesmo tempo, o conhecimento da voluptuosidade e, por fim, aniquilaria o próprio homem. As paixões políticas e religiosas podem nos tragar, mas, de alguma forma, devemos nos posicionar politicamente; daí a importância do equilíbrio e da mediação nos conflitos. Com Montaigne temos a dedicação política de um cético pirrônico que, em meio à guerra civil, assume perigosas responsabilidades, enquanto escreve sua obra, por cerca de vinte anos. Uma obra una e múltipla, como escreveu Tournon, ou uma floresta arvorecente, como escreveu Starobinski .

Claro, Montaigne requer que alarguemos nossos olhares para o contexto mais amplo do período renascentista. Mas, acho que isso poderá ser feito em outra oportunidade.

D – Quais outros projetos teóricos futuros o professor tem em vista?

GHC – No que tange aos meus projetos teóricos futuros tenho a dizer o seguinte: o meu foco, atualmente (como fruto e desdobramentos em meus estudos das fontes céticas), é a investigação e reflexão a respeito da tradição cínica. Particularmente, me interessa pela noção de ‘*askesis*’ entre os cínicos. Como é sabido, os céuticos são influenciados pelos cínicos. Nos pirrônicos e nos cínicos vida e pensamento aparecem juntos. De modo que há temas que são comuns tanto a cínicos quanto à céuticos, tais como a vaidade, a futilidade, o luxo e a bajulação. De um certo ponto de vista, nos pensamentos demolidores destas duas escolas filosóficas pouca coisa fica em pé. O costume, por exemplo, fica em pé, mas de que modo? É sabido que o ataque pirrônico defende os costumes porque não encontra nada melhor. Mas, não é que a defesa que os céuticos fazem do costume, seja por uma razão ontologicamente superior, pois os céuticos também são críticos dos costumes e das convenções. Porém, de um certo ponto de vista, os cínicos são mais afrontadores dos costumes do que os estoicos, os epicuristas e os céuticos.

Na verdade, nos filósofos de tradição socrática, vida e pensamento são indissociáveis se Diógenes e Crates, ou do mesmo modo, Pirro, Zenão, Arcesilau e Epicuro, não vivessem de um modo que fosse amplamente coerente com o seu pensamento oficial, sua filosofia ficaria completamente desacreditada. Todavia, os cínicos não são amargos (como um olhar ligeiro sobre eles pode sugerir); eles são extremamente apaixonados. É preciso dizer, porém, que há poucas evidências seguras a respeito dos primeiros filósofos cínicos. Em que pese isto, nestas evidências, os cínicos se apresentam como filósofos insolentes, isso contribui para o fato de que adversários lhe tenham recusado o estatuto de filósofo. Ocorre que, de fato, os cínicos transgridem o modelo de filósofo e rompem com o cânon das escolas filosóficas.

Há que ver, assim, que os filósofos cínicos não têm uma forma sistemática de especulação; conduzem sua práxis filosófica mais como *'askesis'*. A *'askesis'* consiste em viver na pobreza e satisfazer apenas as necessidades naturais, como um cão (*kyon*). Difícil sabermos com exatidão quem foi o primeiro filósofo a ser chamado de cão. Entretanto, os cínicos julgam adequado e tomam para si o nome *'cão'*, até como metáfora da superioridade do natural ao convencional. Neste sentido estes filósofos são seguidores do Cão. Dessa forma, para os cínicos e para os pirrônicos podemos aprender com os animais O cinismo é mais um modo de vida (*'askesis'*) do que uma disciplina intelectual. Ocorre que, de fato, os cínicos transgridem o modelo de filósofo e rompem com o cânon das escolas filosóficas. Há que ver, assim, que os filósofos cínicos não têm uma forma sistemática de especulação; conduzem sua práxis filosófica mais como um modo de vida (*'askesis'*) do que uma disciplina intelectual: os cínicos romperam com o modelo intelectualista de filosofia e privilegiaram a experiência existencial do sábio.

Mas, este meu projeto de estudos a respeito dos filósofos cínicos está apenas começando; de modo que neste início de estudo tudo ainda imaturo. Acho que sobre projetos teóricos futuros é somente isso que posso adiantar.

D – O professor atua, na UNIOESTE, há mais de 30 anos. Que significado histórico-pessoal e acadêmico essa vivência lhe proporcionou?

GHC – Minha nossa! Parece que foi ontem, quando o que hoje é Unioeste eram faculdades isoladas. A luta para criação e consolidação da Unioeste foi dura, como é sabido. A luta para organizar os trabalhadores em educação da Unioeste foram extremamente difíceis.

Como docente da Unioeste, por força de necessidade e circunstâncias fui chefe de departamento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Unioeste, Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes, Diretor Geral do campus de Cascavel e coordenador geral da comissão para elaboração do regimento da Unioeste, entre outros cargos e encargos. A luta contra o processo de intervenção na Unioeste foi terrível. Processos e sindicâncias foram abertos contra membros do sindicato. Acusado falsamente, fui enquadrado em dezoito artigos do *Estatuto dos funcionários públicos do Estado do Paraná* e fiquei cerca de dois anos respondendo a processos. Ainda no meu primeiro doutorado fiquei sem receber bolsas de afastamento a que tinha direito, por quase dois anos. Ao cabo fui inocentado das acusações, bem como meus outros companheiros e companheiras do sindicato. Mas, muitos companheiros valorosos pediram demissão e foram para outras universidades. As lutas foram, são e serão muitas, na conjuntura atual brasileira, como conversávamos a pouco.

Retomando que estávamos dizendo, ao lado de muitos colegas, participamos da criação e consolidação da Unioeste, de modo que não há como não nos preocuparmos ao observarmos os intermináveis ataques em seu funcionamento e nas condições de trabalho docente, numa precária democracia, no conjunto dos ataques ao serviço público. Na ótica do governo atual, a universidade pública é vista como mercadoria, que precisa dar lucros. Chamam investimentos em políticas sociais de ‘gastos’. Para nós docentes não há outra alternativa senão a luta contra este estado de coisas. Para concluir, quero ressaltar um momento muito importante para nossa luta: o *18 encontro do Setor das IEES-IMES*, sediado em Londrina (2022), em que foi debatido as questões do financiamento, da contrarreforma da previdência e do trabalho docente. Temos dito que nossa luta é coletiva e requer a participação de todos nós. Sabemos que são tantos os ataques que sofriamos (e que continuamos sofrendo) que mal tínhamos tempo de responder a eles de forma

organizada, em plena pandemia. A Unioeste e as outras universidades estão feridas de morte, por isso precisamos estar engajados em sua defesa.

Muito obrigado pela oportunidade da entrevista.